

SEGREGAÇÃO URBANA E MORTALIDADE EM PORTO ALEGRE *

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro ***

À primeira vista, o trabalho parece demonstrar o óbvio: a classe trabalhadora vive pior que a burguesia e as camadas médias de alto poder aquisitivo, como em toda cidade capitalista. A importância da pesquisa realizada por Tanya Barcellos, Carmen Barros, Naia Oliveira, Vera Garcia, Laureane Pastore e Mercedes Rabelo não está, porém, em colocar a nú as diferenças de índices de mortalidade verificados entre as classes sociais na cidade de Porto Alegre, mas em chamar a atenção para uma questão pouco trabalhada teórica e politicamente. Trata-se dos mecanismos espoliativos existentes em nossas cidades que aprofundam os efeitos da exploração do trabalho, tanto no que diz respeito à distribuição da riqueza, quanto à diferenciação das condições de vida vigentes entre as classes e camadas sociais urbanas. Com efeito, o quadro de desigualdades e miséria que marcam a nossa realidade urbana não é um direito produto da inexorável pauperização gerada pela acumulação do capital, mas conseqüência dos processos que transformam o solo, a moradia, os equipamentos, a infra-estrutura e os serviços urbanos em objetos de apropriação privada da riqueza socialmente produzida e que espoliam os trabalhadores do direito à cidade. É o capital imobiliário que realiza vultosos lucros com a transformação do uso do solo, construindo ou loteando; são as concessionárias de serviços públicos, sobretudo as empresas de transporte coletivo; são as empresas de obras públicas, que utilizam os aparelhos governamentais para criar seus mercados; são ainda os inúmeros e diversificados proprietários que vivem da realização da renda fundiária e imobiliária. A esse conjunto de agentes, interesses e práticas temos chamado de **acumulação urbana** (Ribeiro, 1985), pois o uso e a transformação do espaço urbano é o que fundamenta a sua existência. Há poucos estudos entre nós sobre o papel da acumulação urbana na estruturação das nossas cidades, sobretudo sobre os efeitos que produz na determi-

* BARCELLOS, Tanya et alii (1986). *Segregação urbana e mortalidade em Porto Alegre*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

nação das condições urbanas de vida que marcam a reprodução das classes e camadas sociais.

A busca destas conexões parece-nos importante, teórica e politicamente. Em primeiro lugar, porque o trabalho de pesquisa que temos desenvolvido sobre a formação e a atuação do capital imobiliário no Rio de Janeiro tem nos conduzido à idéia de que, por razões históricas ligadas à transição que vivemos da economia mercantil-escravista ao capitalismo industrial, a acumulação urbana foi, desde cedo, criada e expandida como uma órbita importante de valorização cuja a existência cumpriu um importante papel na constituição da aliança de interesse entre o capital nacional dominante e o capital internacional. Tal aliança, orquestrada pelo Estado, teve como pressuposto a garantia de uma divisão de espaços de acumulação entre estes dois grupos de interesses e de iguais condições de rentabilidade (Lessa & Dain, 1984). Essa hipótese explicaria a autonomia da acumulação urbana frente à dinâmica industrial e a permissividade com que o Estado tem tratado historicamente os interesses presentes na acumulação urbana. Não seria esta uma pista para explicar a aparente irracionalidade das obras públicas realizadas em nossas cidades — que parecem refletir menos a preocupação de dotar o espaço urbano de bens coletivos de produção e de consumo, do que a de criar frentes de acumulação para as grandes empreiteiras —, ou a crônica incapacidade do Estado em controlar a especulação imobiliária?

Do ponto de vista político, a importância desta linha de reflexão está no fato de que ela permite desfazer o mito criado pelas classes dominantes de que a resolução da questão urbana brasileira está no campo e não na cidade. Com efeito, com enorme perplexidade tenho testemunhado discursos oriundos de matrizes ideológicas diferentes que apontam a “fixação do homem no campo” como o único remédio para a solução da miséria vigente na cidade. Para uns, isto se alcançaria pela modernização da agricultura brasileira; para outros, trata-se de dar terra aos camponeses e ao trabalhador rural através da reforma agrária. Todos concordam, porém, que o **excesso de população** na cidade, produzida pela migração provocada pela atração das “luzes da cidade” ou pela expulsão, é a causa da miséria urbana. Ora, tal maneira de pensar impede a percepção dos mecanismos de espoliação gerados pelas práticas da acumulação urbana: a cidade cresce segundo uma lógica capitalista que produz a abundância e a carência, a concentração e a dispersão urbanas, o centro abastado e a periferia miserável. Os assim chamados “problemas urbanos” não podem ser vistos como fruto de uma defasagem entre o crescimento da população e a produção de bens e serviços, corolário necessário do pensamento acima exposto, sob pena de tangenciarmos uma visão maltusiana da pobreza. Por outro lado, o caminho teórico que busca entender os laços que unem as formas capitalistas de apropriação da cidade e a produção das desigualdades sociais abre uma rica trilha de reflexão sobre a oportunidade e as possibilidades de uma proposta de reforma urbana que permitiria a democratização da qualidade de vida através da expansão do direito à cidade a todos os cidadãos, como um direito social fundamental.

É este, a meu juízo, o ângulo teórico e político da questão urbana que parece mais interessante para estabelecer um diálogo com o trabalho de pesquisa realizado pelas autoras. Isto significa que **Segregação Urbana e Mortalidade em Porto Alegre**,

além de contribuir para o conhecimento específico do papel de um setor de acumulação urbana — o mercado de terras — na determinação de diferenciais de condições de vida entre as classes e camadas sociais, oferece informações e uma perspectiva de pensamento sobre a realidade urbana de Porto Alegre que coloca alvos mais globais e conseqüentes para os movimentos sociais das vilas e dos bairros. Com efeito, a leitura do trabalho permite a conclusão de que não é possível melhorar as condições de reprodução dos trabalhadores sem transformar a cidade num espaço que democratize a qualidade de vida; que isto somente será alcançado se o conjunto dos movimentos for capaz de impor uma política que impeça a especulação com a terra e conquiste o controle popular das decisões concernentes à produção e à gestão dos equipamentos e da infra-estrutura urbana. Somente com estas duas conquistas se pode imaginar a possibilidade de transformação da realidade urbana evidenciada pelas autoras e sintetizada no seguinte trecho.

“O exame da estrutura do mercado de terras em Porto Alegre revelou uma outra questão alarmante relacionada com o uso capitalista do solo, qual seja, a existência de um estoque de terrenos desocupados cuja a dimensão ultrapassa a metade da área urbana total da cidade. Pode-se dizer que os vazios urbanos se encontram fundamentalmente nas áreas mais indicadas para a habitação, pois, dado o fato de se situarem em grande parte nas áreas centrais, supomos que estejam em espaços supridos de infra-estrutura urbana básica. A manutenção dessas áreas em estoque representa um custo social muito elevado, pois a implantação dos benefícios ali localizados, embora decorrente de políticas públicas, somente é usufruída pelos proprietários que auferem lucros advindos das vantagens locais.” (p. 86.)

Gostaria, ao encerrar esta resenha, de levantar duas questões teóricas que merecem uma reflexão, dado que as autoras pretendem dar continuidade à investigação. A primeira diz respeito à relação assumida entre valorização fundiária, intervenção do Estado e segregação social.

A renda da terra somente existe na medida em que há o uso capitalista do solo, o que significa dizer que é a valorização do capital que permite e regula o surgimento desta categoria “irracional”: valor da terra. Demonstrar esta submissão da propriedade ao capital, da renda ao lucro é o sentido último da reflexão de Marx na Seção VI do Livro III. É interessante assinalar que o próprio título evidencia esta preocupação: **Metamorfose do Sobrelucro em Renda Fundiária**. Qual a importância desta questão? O fato de que, se quisermos entender a dinâmica do mercado de terra, devemos procurar primeiro compreender o movimento do capital na sua permanente luta pelo controle das condições excepcionais de valorização. Pensar nesta perspectiva tem uma enorme importância, pois a realidade capitalista coloca-se de maneira invertida: é a propriedade, enquanto monopólio sobre uma condição não reprodutível do processo de valorização — a terra —, que espacializa o capital através do gradiente de preços fundiários. Com efeito, a nível de cada agente isoladamente, o preço da terra surge como um dado a partir do qual ele deve decidir o que e onde

produzir. Ao pequeno comerciante, por exemplo, vai parecer que é o preço da terra que o impede de se instalar no centro da aglomeração. Entretanto a renda da terra devolve ao capital a imagem do seu próprio movimento, em seu desenvolvimento desigual. A propriedade impõe a cada capital particular as leis do capital em seu conjunto. Da mesma maneira, podemos pensar na reflexão que a realidade capitalista realiza a propósito da relação entre preço da terra e preço do imóvel. O imóvel aparece caro, a nível de cada agente, porque o preço da terra aumenta, quando na verdade, ultrapassando o jogo de espelhos que caracteriza a sociedade capitalista, o preço da terra somente aumenta porque há a disputa entre frações do capital pelo seu uso enquanto condição excepcional de valorização. Neste sentido, é porque aumenta o preço do imóvel que aumenta o preço da terra.

Tudo o que dissemos significa que a estruturação urbana, a segregação das classes e camadas sociais no espaço urbano é fruto do mercado de terras enquanto expressão do movimento do capital, cuja essência é a disputa entre as várias frações pela apropriação particular de localizações que permitam a valorização em condições excepcionais. A intervenção do Estado, através da legislação urbana e da produção e gestão dos equipamentos e da infra-estrutura urbana, tem um papel importante enquanto diferenciador do espaço urbano. Ela não é, em si mesma, a causa da valorização das terras urbanas, mas um elemento que aumenta a homogeneização ou a diferenciação do espaço enquanto condição de valorização do capital. Em resumo: embora a produção do espaço urbano possa parecer fruto do mercado de terras, na verdade a cidade é produto do capital. Penso que, primordialmente, em termos de uso do solo urbano, produto do capital imobiliário, dado que esta fração da acumulação urbana apresenta como característica o fato de que sua reprodução implica necessariamente o seu deslocamento espacial: cada novo ciclo, um novo espaço, um novo terreno, uma nova transformação do uso do solo.

A segunda questão diz respeito ao arcabouço teórico utilizado pelas autoras para problematizar o **urbano** na sociedade capitalista. Trata-se da sociologia marxista francesa, inaugurada pelo trabalho de Castells, ampliada por Lojkin e desdobrada por inúmeros outros autores. É um pensamento que encontrou grande ressonância entre nós, mas que não foi objeto de uma reflexão crítica sobre os seus pressupostos. O debate tem se restringido a discutir a pertinência ou não das hipóteses adotadas para pensar contextos outros que não a realidade do capitalismo monopolista, onde brotaram. Não se trata de discutir a necessidade ou não da **redução sociológica**, mas de chamar a atenção para o fato de que a problematização do **urbano** proposta por estes autores traz as marcas de uma determinada **conjuntura teórica** produzida por um debate político que desembocou na formulação da Teoria do Capitalismo Monopolista de Estado. As suas principais marcas são uma forte dose de economicismo e a elevação à condição de contradição principal na fase atual do capitalismo; a oposição entre movimento de socialização das forças produtivas e as relações de produção. Estes dois importantes elementos do pensamento produzido pelos teóricos do Capitalismo Monopolista de Estado, presentes na formulação de Lojkin, explicam, de um lado, a preocupação de demonstrar como o **urbano**, compondo as condições sociais de produção, faz surgir o **consumo coletivo** integrante da esfera do

consumo produtivo e, de outro lado, evidencia os impasses da política urbana em termos de oposição entre as exigências coletivas de expansão das forças produtivas e a utilização do Estado pelos grandes grupos monopolistas como um instrumento da sua acumulação. Note-se que, entre outras revisões, está presente nesta colocação a transformação do desenvolvimento das forças produtivas num processo técnico, e como tal deveria interessar a todas classes e camadas sociais, inclusive ao proletariado. Esta proposição pode ser percebida no seguinte trecho.

“Na medida em que, com efeito, segundo nossa hipótese, as formas de urbanização são antes de tudo formas de divisão social (e territorial) do trabalho, elas estão no coração da contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico — essencialmente em matéria de formação ampliada das forças produtivas humanas — e as leis de acumulação do capital.” (Lojkine, 1977, p. 123-24.)

Penso que compreender criticamente os pressupostos sobre os quais estão assentadas as formulações dos teóricos franceses é fundamental para sabermos como utilizar o instrumental analítico por eles proposto. Em especial, a relação teórica construída entre capital, Estado e o urbano. Infelizmente não há espaço para uma discussão deste tema.

Bibliografia

- LESSA, Carlos & DAIN, Sulamis (1984). Capitalismo associado: algumas experiências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata, org. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo, Brasiliense.
- LOJKINE, Jean (1977). **Le marxisme, l'état et la question urbaine**. Paris, Presses Universitaires de France.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (1985). Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído no Rio de Janeiro - 1870/1930. **Espaço & Debates**, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 5(15):5-32.